

27 JUN 1987

CORREIO BRAZILIENSE

Sarney

Carga de explosivos

○ ex-senador Mário Martins, impressionado com as manifestações organizadas no Rio de Janeiro contra o presidente da República conclui, preocupado, que o Governo não demonstra possuir o fôlego necessário para suportar a impopularidade de um programa econômico que procura recolocar o Brasil nos quadros da economia ocidental, segundo os tecnocratas, mas que custa muito caro aos assalariados, principalmente aos mais humildes.

Os conservadores de todos os partidos apóiam a orientação do novo Ministro da Fazenda. Só identificam uma falha no programa econômico de Bresser Pereira — a inexistência de um plano articulado para combater com mais rigor o déficit público, hipótese em que a recessão poderá se ampliar ainda mais gerando todo um quadro de conseqüências sociais bastante conhecidas.

Os setores mais progressistas do Congresso, particularmente do PMDB, identificam no Plano Bresser a mesma inspiração recessiva dos modelos que o FMI costuma prescrever para economias em grave crise como a brasileira. E a expectativa é de que esses setores venham a manifestar seu inconformismo com essa política econômica na Convenção Nacional prevista para os dias 18 e 19 de julho.

A inquietação tende a aumentar entre esses setores do PMDB e de outros partidos na mesma medida em que aumenta a impopularidade do Governo. A política econômica do ministro da Fazenda deverá contribuir para aumentar a impopularidade do Governo e as aflições dos setores mais avançados do PMDB e dos demais partidos.

A manifestação contra o presidente Sarney, ontem, no Rio trouxe à lembrança de muitos, no Congresso, os violentos protestos que sofreu o ex-presidente Figueiredo em Florianópolis, quando visitava a capital catarinense em companhia do governador de então, o hoje ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Depois daquele episódio, Figueiredo passou a evitar as ruas de forma deliberada.

Um presidente militar ainda poderia se dar a esse luxo, mas um presidente civil, escolhido em um grande acordo nacional para completar o processo de transição democrática, poderá evitar contacto com populares? Isto tudo acontece em um momento de grave insegurança provocada pelos trabalhos da Constituinte, quando todos os setores, civis e militares, têm reclamações e pleitos a apresentar.

Algumas decisões adotadas pelos primeiros estágios desse trabalho constituinte geraram inquietação entre os grandes proprietários de terras e os grandes empresários. Agora, provocam uma questão militar através de pronunciamento dos ministros militares contra os termos da anistia concedida aos cassados após 1964 por uma das comissões temáticas da ANC.

No caso da anistia, a entrevista do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, parece que foi devidamente entendida. O senador José Ignácio (PMDB-ES), integrante de um grupo que auxiliou o relator-geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, na tarefa de enxugar os textos das diferentes comissões temáticas, avisa que já se acolheu nesse trabalho uma forma de anistia mais branda e menos polêmica.

TARCISIO HOLANDA